



Prefeitura de Diadema - SP
Agente Comunitário de Saúde

LÍNGUA PORTUGUESA

| | |
|--|----|
| Interpretação de Texto..... | 1 |
| Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras..... | 8 |
| Ortografia Oficial..... | 9 |
| Pontuação..... | 10 |
| Acentuação..... | 14 |
| Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações)..... | 16 |
| Concordância verbal e nominal..... | 27 |
| Regência verbal e nominal..... | 29 |
| Crase..... | 32 |
| Colocação pronominal..... | 33 |
| Exercícios..... | 35 |
| Gabarito..... | 46 |

MATEMÁTICA

| | |
|--|----|
| Resolução de situações-problema..... | 1 |
| Números Inteiros: Operações, Propriedades, Múltiplos e Divisores; Números Racionais: Operações e Propriedades..... | 6 |
| Números e Grandezas Diretamente e Inversamente Proporcionais: Razões e Proporções, Divisão Proporcional, Regra de Três Simples e Composta..... | 19 |
| Porcentagem. Juros Simples..... | 27 |
| Sistema de Medidas Legais..... | 31 |
| Conceitos básicos de geometria: cálculo de área e cálculo de volume..... | 33 |
| Exercícios..... | 41 |
| Gabarito..... | 49 |

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS BÁSICOS DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

| | |
|---|----|
| Lei Orgânica do Município de Diadema (atualizada e/ou alterada) | 1 |
| Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Diadema (atualizado e/ou alterado) | 61 |

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

| | |
|--|-----|
| Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e a Lei Orgânica da Saúde..... | 1 |
| Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 (Política Nacional de Atenção Básica) | 30 |
| Lei Federal nº 13.595, de 05 de janeiro de 2018 | 66 |
| Portaria nº 1.944, de 27 de agosto de 2009 (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem) | 72 |
| Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006 (Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa)..... | 76 |
| Portaria nº 1.130, de 05 de agosto de 2015 (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança)..... | 89 |
| Portaria nº 1.060, de 05 de junho de 2002 (Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência)..... | 95 |
| Cadastramento familiar e mapeamento: finalidade e instrumentos | 96 |
| Conceito de territorialização, microárea e área de abrangência..... | 101 |
| Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas..... | 110 |
| Pessoas portadoras de necessidades especiais; abordagem; medidas facilitadoras de inclusão social e direito legais | 118 |
| Educação em Saúde: conceitos e instrumentos | 127 |
| Abordagem comunitária: mobilização e participação comunitária em saúde | 148 |
| Estatuto da Pessoa Idosa..... | 150 |
| Visita domiciliar..... | 169 |
| Estratégia Saúde da Família | 175 |
| Calendário Vacinal..... | 197 |
| Caderneta de saúde da criança e da pessoa idosa | 217 |
| Noções em saúde da criança, do adolescente, da mulher, do homem, da pessoa idosa e mental..... | 218 |
| Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher | 355 |
| Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais | 355 |
| Manual: O Trabalho do Agente Comunitário de Saúde | 363 |
| Guia Prático do Agente Comunitário de Saúde..... | 381 |
| Manual de Vigilância Epidemiológica (Covid-19) | 485 |
| Exercícios | 485 |
| Gabarito..... | 492 |

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



Matemática

A resolução de problemas na matemática é um processo que envolve a aplicação de conceitos matemáticos para solucionar questões ou situações que requerem raciocínio lógico e análise quantitativa. É um processo criativo que requer habilidades de pensamento crítico e estratégias específicas para chegar a uma solução.

Aqui estão algumas etapas comuns que podem ajudar a resolver problemas matemáticos:

– **Compreensão do problema:** Leia cuidadosamente o enunciado do problema e certifique-se de entendê-lo completamente. Identifique os dados fornecidos, as incógnitas a serem encontradas e as restrições dadas.

– **Planejamento:** Desenvolva um plano ou estratégia para resolver o problema. Isso pode envolver a identificação de fórmulas ou conceitos matemáticos relevantes, a criação de diagramas ou representações visuais, a divisão do problema em etapas menores ou a consideração de casos específicos.

– **Execução:** Implemente o plano que você desenvolveu, realizando os cálculos e aplicando as estratégias escolhidas. Organize suas informações e seja cuidadoso com os cálculos para evitar erros.

– **Verificação:** Após chegar a uma solução, verifique se ela faz sentido e está de acordo com as restrições do problema. Faça uma revisão dos cálculos e verifique se a resposta obtida é razoável.

– **Comunicação:** Expresse sua solução de forma clara e coerente, utilizando termos matemáticos apropriados e explicando o raciocínio utilizado. Se necessário, apresente sua solução em um formato compreensível para outras pessoas.

Dentro deste prisma vamos elencar a técnica abaixo:

Técnica para interpretar problemas de Matemática

A linguagem matemática para algebrizar problemas:

| Linguagem da questão | Linguagem Matemática |
|--------------------------------------|--|
| Preposição da, de, do | Multiplicação |
| Preposição por | divisão |
| Verbos Equivale, será, tem, e, etc. | igualdade |
| Pronomes interrogativos qual, quanto | $x ?$ |
| Um número | x |
| O dobro de um número | $2x$ |
| O triplo de um número | $3x$ |
| A metade de um número | $x/2$ |
| A terça parte de um número | $x/3$ |
| Dois números consecutivos | $x, x + 1$ |
| Três números consecutivos | $x, x + 1, x + 2$ |
| Um número Par | $2x$ |
| Um número Ímpar | $2x - 1$ |
| Dois números pares consecutivos | $2x, 2x + 2$ |
| Dois números ímpares consecutivos | $2x - 1, 2x - 1 + 2 (2x + 1)$ |
| O oposto de X (na adição) | $-x$ |
| O inverso de X (na multiplicação) | $1/x$ |
| Soma | Aumentar, maior que, mais, ganhar, adicionar |
| Subtração | menos, menor que, diferença, diminuir, perder, tirar |
| Divisão | Razão |



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

PREÂMBULO

O Povo do Município de Diadema, consciente de sua responsabilidade perante DEUS e os Homens, por seus representantes reunidos na CÂMARA MUNICIPAL CONSTITUINTE, inspirado nos princípios constitucionais da REPÚBLICA e animado pela vontade de realizar o ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, em sessão realizada no dia 22 de novembro de 2005, promulga a presente.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Artigo 1º - O Município de Diadema, Estado de São Paulo, integra, com autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, a República Federativa do Brasil, nos termos estabelecidos pela Constituição da República, do Estado e por esta Lei Orgânica.

Parágrafo 1º - Como participante do Estado Democrático de Direito, o Município compromete-se a respeitar, valorizar e promover seus fundamentos básicos:

- I. a soberania;
- II. a cidadania;
- III. a dignidade da pessoa humana;
- IV. os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V. o pluralismo político.

Parágrafo 2º - Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal, Estadual e desta Lei Orgânica.

Artigo 2º - Constituem, em cooperação com a União e o Estado, objetivos fundamentais do Município:

- I. construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II. garantir o desenvolvimento municipal, estadual e nacional;
- III. erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais;
- IV. promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, religião, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- V. garantir a efetivação dos direitos humanos, individuais e sociais.

Parágrafo Único – O Município buscará a integração e a cooperação com a União, os Estados e os demais Municípios para a consecução dos seus objetivos fundamentais.

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Artigo 3º - A dignidade do ser humano é intangível; respeitá-la e protegê-la é obrigação do poder público.

Parágrafo 1º - Os direitos fundamentais são invioláveis.

Parágrafo 2º - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

Artigo 4º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no Município a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade, nos termos do Artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil.



O que é o Sistema Único de Saúde (SUS)?

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. A atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde.

A gestão das ações e dos serviços de saúde deve ser solidária e participativa entre os três entes da Federação: a União, os Estados e os municípios. A rede que compõe o SUS é ampla e abrange tanto ações quanto os serviços de saúde. Engloba a atenção primária, média e alta complexidades, os serviços urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica.

AVANÇO: Conforme a Constituição Federal de 1988 (CF-88), a “Saúde é direito de todos e dever do Estado”. No período anterior a CF-88, o sistema público de saúde prestava assistência apenas aos trabalhadores vinculados à Previdência Social, aproximadamente 30 milhões de pessoas com acesso aos serviços hospitalares, cabendo o atendimento aos demais cidadãos às entidades filantrópicas.

Estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS)

O Sistema Único de Saúde (SUS) é composto pelo Ministério da Saúde, Estados e Municípios, conforme determina a Constituição Federal. Cada ente tem suas co-responsabilidades.

Ministério da Saúde

Gestor nacional do SUS, formula, normatiza, fiscaliza, monitora e avalia políticas e ações, em articulação com o Conselho Nacional de Saúde. Atua no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) para pactuar o Plano Nacional de Saúde. Integram sua estrutura: Fiocruz, Funasa, Anvisa, ANS, Hemobrás, Inca, Into e oito hospitais federais.

Secretaria Estadual de Saúde (SES)

Participa da formulação das políticas e ações de saúde, presta apoio aos municípios em articulação com o conselho estadual e participa da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) para aprovar e implementar o plano estadual de saúde.

Secretaria Municipal de Saúde (SMS)

Planeja, organiza, controla, avalia e executa as ações e serviços de saúde em articulação com o conselho municipal e a esfera estadual para aprovar e implantar o plano municipal de saúde.

Conselhos de Saúde

O Conselho de Saúde, no âmbito de atuação (Nacional, Estadual ou Municipal), em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

Cabe a cada Conselho de Saúde definir o número de membros, que obedecerá a seguinte composição: 50% de entidades e movimentos representativos de usuários; 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde e 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.